

Extractos do

PROTOCOLO DE GÉNERO DA SADC **2016**

# BAROMETRE



# Sumário Executivo



Membros da Alliance numa reunião consultiva do protocolo de Género da SADC na Zâmbia, Lusaka. *Photo: Isaac Zulu*

Em Junho de 2016, os Ministros do Género da SADC adoptaram o Protocolo Revisto de Género da SADC alinhado com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODSs), a Agenda Beijing mais 20 e a Agenda 2063. A nova agenda de género enuncia um roteiro ambicioso para a região com vista a acelerar e melhorar o progresso no alcance da igualdade do Género.

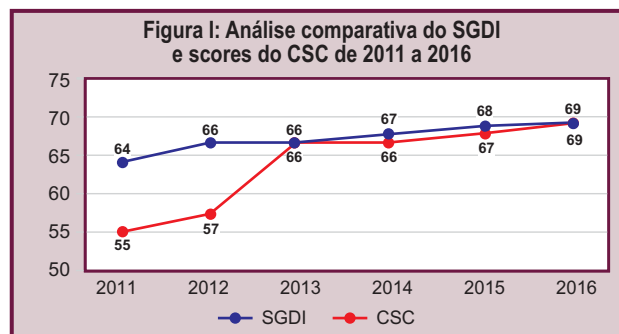
Com o Protocolo revisto e pronto para a sua assinatura em Agosto deste ano na Swazilândia durante a 36ª Cimeira dos Chefes de Estado da SADC (HOS), O Barómetro do Protocolo do Género ilustra os sucessos, desafios e lições aprendidas durante a implementação do protocolo original.

Apesar dos Estados Membros da SADC não terem alcançado todas as 28 metas do Protocolo original, a análise em todos os onze capítulos do barómetro mostra que progresso significativo foi feito na região para melhorar a condição das mulheres. Os resultados do cartao de pontuação do cidadão e dos inquéritos sobre o Progresso do Género analisados em detalhe neste Barómetro reflectem também a forma como o Protocolo conseguiu colocar o género nas agendas nacionais, locais e dentro das famílias, nos últimos oito anos.

## O progresso comparado com os SGDI e CSC

Desde 2011, a Aliança tem estado a avaliar o progresso em direcção à igualdade do género na região usando dois índices (ver tabela). O Índice do Género e de Desenvolvimento da SADC (SGDI) avalia o progresso comparado com 23 indicadores empíricos em seis sectores (educação, participação política, economia, saúde, HIV e SIDA, e meios de comunicação), todos ajustado para um factor de 100.

O Cartão de Pontuação do Cidadão (CSC), administrado numa amostra representativa de toda a região, avalia as percepções de homens e mulheres sobre a mudança que está a ocorrer comparado com todas as 28 metas do Protocolo de Género da SADC, em dez sectores. Ao contrário do SGDI, o CSC capta as nuances que não estão incorporadas nos dados empíricos. Por exemplo, enquanto o SGDI regista os níveis de ingressos escolares para meninos e meninas, o CSC inclui aspectos qualitativos como a segurança nas escolas e preconceitos de género no currículo. O CSC abrange (além dos seis sectores de SGDI) os quatro sectores para os quais não existem pontuações do SGDI por serem difíceis de medir. Esses sectores são: Direitos Constitucionais e Legais, VBG, Construção e Implementação da Paz. Como todos os indicadores, tanto o SGDI e CSC têm limitações. No entanto, analisados em conjunto, eles dão uma imagem justa do progresso e respectivos desafios.



Fonte: Gender Links 2016.

A Figura I acompanha o SGDI e o CSC desde 2011, o primeiro ano em que o Barómetro tinha dados para ambos. Típico de medidas empíricas, o SGDI tem avançado lentamente, de 64% para 69%, um aumento de cinco pontos percentuais. O CSC, por outro lado aumentou em 14 pontos percentuais, passando de 55% para 69%, reforçando o optimismo entre os povos da SADC que o género está agora na ordem do dia. O gráfico mostra que em 2016 o SGDI e o CSC estão empatados com 69%. Ambos os Scores colocam a região a trinta e um pontos percentuais de atingir os seus objectivos para 2015. Este é um salto de dois pontos percentuais para o CSC e um aumento de um ponto percentual para o SGDI comparado com os scores de 2015. Apesar do SGDI estar baseado em dados empíricos colectados em três esferas importantes da vida; desenvolvimento humano (educação, saúde sexual e reprodutiva e HIV e AIDS), participação política e acesso aos recursos produtivos e a economia, o CSC é baseado em percepções do cidadão. Ambos os índices sublinham a mensagem-chave do Barómetro de 2016: *acção e resultados para o desenvolvimento sustentável.*

## Como o CSC e o SGDI funcionam

**Tableau I: Echantillonnage de la CSC pour 2015**

Países	Feminino	Masculino	Total Submissões
Botswana	1950	2013	3963
RDC	601	577	1178
Angola	538	559	1097
Lesoto	1906	2010	3916
Madagascar	2103	1846	3949
Malawi	216	228	444
Maurícias	2033	2025	4058
Moçambique	2131	1930	4061
Namíbia	1822	1718	3540
África do Sul	1802	1594	3396
Seichelles	129	54	183
Swazilândia	1714	1462	3176
Tanzania	505	410	915
Zâmbia	1836	1722	3558
Zimbábue	1983	1722	3705
<b>Regional</b>	<b>21269</b>	<b>19870</b>	<b>41139</b>

O CSC tem estado a decorrer há sete anos, e é uma ferramenta fundamental para a prestação de contas. Por exemplo, em workshops ao nível da aldeia, quando o Protocolo está a ser explicado, os participantes são convidados a avaliar os seus governos. O CSC dá aos homens e mulheres comuns a oportunidade de responsabilizar os seus governos. O CSC também garante que as mulheres e os homens se envolvam criticamente graças as disposições do Protocolo.

O tamanho da amostra para o CSC continua a crescer a cada ano com 41139 inquéritos recolhidos em todos os 15 países da SADC para 2016. Isto é quase duas vezes a amostra de 21 528 para 2015 colectada em 13 países da SADC. As Mulheres constituem 52%, e os Homens 48% do total.

O desafio consiste em acasalar as medidas de percepção (qualitativas), com as medidas empíricas (quantitativas). Conforme detalhado no **Anexo II**, tem havido várias tentativas a nível mundial e em África para desenvolver índices para medir o progresso com vista ao alcance da igualdade do género. Cada um deles está repleto de desafios. Analisando todos esses desafios é difícil obter uma variedade suficientemente ampla de indicadores que capte as muitas facetas da igualdade de género ou a falta dela

Porque as informações sobre a participação política e educação, bem como alguns indicadores económicos são fáceis de obter, os índices relacionados com o género têm recaído muito nesses indicadores. Mas tais indicadores não captam de forma adequada as questões mais baseadas nos direitos, tais como voz; agência; o direito de tomar decisões sobre o próprio corpo; proteção e segurança.

Em 2009, o Barómetro reuniu uma gama de dados de linha de base em todos os 15 países da SADC sobre o estatuto das mulheres. Isto teve lacunas por sector e por país. Mas até 2011, através de pesquisas e dados recolhidos online para os barómetros nacionais,

a equipe tinha reunido dados sobre 23 indicadores em seis sectores (**ver Quadro V**). Os números em vermelho indicam retrocesso ao longo do último ano, enquanto aqueles em verde reflectem os desenvolvimentos positivos. Considerando os vários esforços desenvolvidos a nível mundial e continental para desenvolver um conjunto de indicadores para medir a igualdade do género (ver anexo II) isso representou uma quantidade significativa de informações. Em 2009, o Barómetro reuniu uma gama de dados de linha de base em todos os 15 países da SADC sobre o estatuto das mulheres. Isto teve lacunas por sector e por país. Mas até 2011, através de pesquisas e dados recolhidos online para os barómetros nacionais, a equipe tinha reunido dados sobre 23 indicadores em seis sectores (ver Quadro V). Os números em vermelho indicam retrocesso ao longo do último ano, enquanto aqueles em verde reflectem os desenvolvimentos positivos. Considerando os vários esforços desenvolvidos a nível mundial e continental para desenvolver um conjunto de indicadores para medir a igualdade do género (ver anexo II) isso representou uma quantidade significativa de informações.

**Tabela II: Sectores abrangidos pelo SGDI e CSC**

Sector do protocolo de género da SADC	SGDI	CSC
Direitos legais e constitucionais		X
Governança	X	X
Educação	X	X
Economia, Recursos produtivos & emprego	X	X
Violência baseada no Género		X
Saúde	X	X
VIH e SIDA	X	X
Construção da Paz e Resolução de Conflictos		X
Mídias, informação e Comunicação	X	X
Implementação		X

Os indicadores estão agrupados em seis categorias, a saber Governança (3 indicadores), Educação (3), Economia (5), Saúde Sexual e Reprodutiva (3), VIH e SIDA (3), e Meios de Comunicação (6). Para criar o índice composto, cada categoria teve o mesmo peso através do cálculo da pontuação média dos indicadores nessa categoria. Por isso, por exemplo, para as categorias com três indicadores, a pontuação para essa categoria foi a média dos três indicadores. Essa abordagem também resolveu o problema de como lidar com os países onde faltam alguns indicadores, visto que a média foi calculada com base nos indicadores disponíveis para cada país. Com vista a padronizar, todos os "scores brutos" tiveram de ser convertidos em valores que variam de 0 (para o pior desempenho possível) a 100 (para o melhor desempenho possível).

Enquanto a maioria dos indicadores medem uma característica desejável, para a qual a pontuação mais alta indica um bom desempenho, existem alguns indicadores que medem uma característica indesejável para a qual uma pontuação mais elevada reflete pior desempenho (como a taxa feminina de desemprego entre pessoas que vivem com VIH e a taxa de mortalidade materna). Para estes indicadores, a taxa foi invertida subtraindo a taxa padronizada de 100. A Tabela IV ilustra os sectores para os quais existem scores de SGDI e CSC e onde existem somente scores de CSC:



**TABELA III: PRINCIPAIS INDICADORES DO ESTATUTO DAS MULHERES NOS PAÍSES DA SADC**

% Mulheres	ANGOLA	BOTSWANA	RDC	LESOTO	MADACASCAR	MALAWI	MAURÍCIAS	MOZAMBIQUE	NAMÍBIE	SEICHELES	AFRICA DO SUL	SWAZILÂNDIA	TANZÂNIE	ZÂMBIE	ZIMBABWE
<b>GOVERNAÇÃO</b>															
Parlamento	37	10	9	25	20	17	12	40	38	44	41	15	37	13	34
Governo Local	n/d	19	6	49	8	10	32	38	48	n/d	38	12	34	6	16
Executivo	22	12	8	22	20	11	12	29	22	27	42	26	32	30	12
<b>EDUCAÇÃO</b>															
Ensino Primário	46	51	46	49	50	49	49	47	49	50	50	48	52	49	50
Ensino Secundário	44	48	36	57	50	54	52	44	53	50	55	50	46	45	50
Ensino Terciário	40	47	32	59	50	40	61	38	53	n/d	58	51	40	52	42
<b>ECONOMIA</b>															
Tomada-de-decisão Económica	29	29	21	30	17	13	10	25	33	33	25	20	14	23	35
Mão-de-obra - Mulheres	65	75	72	60	88	85	49	86	56	68	49	45	90	73	85
Mão-de-obra - Homens	78	83	74	75	91	81	80	83	65	79	64	73	91	86	91
Desemprego - Mulheres	n/d	21	9	27	5	10	12	25	33	5	27	31	4	8	10
Desemprego - Homens	n/d	15	7	23	3	5	5	20	26	4	23	26	3	8	12
Mulheres como mão-de-obra assalariada em áreas não agrícolas (% da mão-de-obra)	24	41	50	51	35	11	38	11	42	54	47	32	31	22	34
Duração da licença de parto (semanas)	12	12	12	12	14	8	12	12	12	14	16	12	12	12	14
Benefícios da licença de parto (% do salário pago)	100	50	100	100	100	100	100	100	100	100	60	100	100	100	100
<b>SAÚDE SEXUAL &amp; REPRODUTIVA</b>															
Taxa de mortalidade materna (por 1000)	477	129	693	487	353	634	53	489	265	n/d	138	389	398	224	443
Uso de contraceptivos	18	53	20	60	40	59	76	12	56	41	60	66	34	49	67
Partos assistidos por pessoal formado	49	95	80	78	44	87	100	54	88	99	94	88	49	64	80
<b>VID &amp; SIDA</b>															
Conhecimento do VIH e SIDA	25	40	15	39	23	42	80	36	65	67	27	58	40	38	52
Mulheres vivendo com VIH como % total	59	55	59	59	46	59	28	58	60	42	60	58	61	52	58
Mulheres VIH + recebendo PMTCT	14	97	27	81	3	73	96	66	90	100	87	95	71	86	82
<b>MÍDIAS</b>															
Total	n/d	44	32	43	35	26	42	27	44	52	53	55	31	34	49
Conselho de Admin.	n/d	26	17	43	21	48	27	37	39	71	32	48	24	48	50
Direção	n/d	32	17	53	34	39	43	31	40	24	46	44	24	36	11
Pessoal feminino nas instituições de ensino superior	n/d	54	24	44	58	24	71	25	53	n/d	44	33	39	29	27
Proporção de estudantes nas instituições de ensino superior	n/d	68	77	73	54	54	78	29	53	n/d	59	60	57	61	27
Fontes de Notícias	n/d	28	6	21	21	21	10	25	19	28	20	18	22	19	24

Fonte: Gender Links, 2015.

Os números a vermelho não alcançaram 30%; Números a preto alcançaram 30% mas não alcançaram 50%; Números a verde alcançaram a meta dos 50%; Para o desemprego a meta está em ordem inversa com 0 sendo a meta.

## O SGDI Pós-2015

Entre 2011 e 2016 o SDGI constituiu a base para o monitoramento do nível de comprometimento dos Estados Membros da SADC com vista ao alcance das 28 metas do Protocolo original do Género da SADC. Os dados recolhidos em seis sectores essenciais do desenvolvimento humano em todos os 15 países serviram para a avaliação anual das diferenças entre as situações das mulheres e dos homens.

Com o Protocolo revisto agora adoptado, o SGDI, no ano que vem, vai ser expandido para incluir as recomendações da campanha pós-2015 da Aliança, bem como alguns dos ODS. Cada capítulo no Barómetro deste ano destaca os indicadores propostos.

### O que o SGDI avaliou

#### EDUCAÇÃO

- **Ensino Primário:** O número de meninas matriculadas na escola primária, expresso em percentagem do total de matrículas na escola primária.
- **Ensino Secundário:** O número de meninas / mulheres matriculadas na escola secundária, expressa em percentagem do total de matrículas na escola secundária.
- **Ensino superior:** O número de mulheres matriculadas em instituições de ensino superior, expressa em percentagem de inscrições totais no ensino.

#### ECONOMIA

- **Proporção feminina na tomada de decisão económica:** O número de mulheres que ocupam cargos de tomada de decisões económicas de alto nível expresso como uma percentagem de todas essas posições no país. As posições incluídas na medida são Ministro e Vice-Ministro das Finanças, Ministro e Vice-Ministro do Comércio e Indústria / Comércio, o ministro e vice-ministro da Comissão de Plano, Banco Central, ou equivalentes, secretários permanentes.
- **Mão-de-obra Feminina / mão-de-obra Masculina:** A taxa de participação na força de trabalho das mulheres, expressa em percentagem da mão-de-obra dos homens. A taxa de mão-de-obra é calculada como o (número de mulheres / homens adultos (geralmente 15+ ou 15-64) com trabalho assalariado ou a procura de trabalho) dividido pelo número total de mulheres / homens em idade de trabalhar.
- **Taxa de desemprego feminino / masculino:** A taxa de desemprego das mulheres, expressa em percentagem da taxa de desemprego dos homens. A taxa de desemprego é calculada como o (número de mulheres / homens que estão à procura de trabalho) dividido pelo (número de mulheres / homens com trabalho assalariado ou à procura de trabalho).
- **Proporção feminina do trabalho assalariado não agrícola:** O número de mulheres empregadas no trabalho remunerado fora da agricultura expressa como uma percentagem de todas as pessoas empregadas em trabalho remunerado fora da agricultura.
- **Duração da licença de maternidade:** O número de semanas de licença a que uma mulher tem direito, com relação a gravidez e parto.

#### MÍDIAS

- **Trabalhadoras como % do total:** O número de mulheres trabalhadoras que trabalham em instituições de mídia, expressa em percentagem de todos os funcionários nas instituições de mídia.
- **Mulheres em % do conselho de administração:** o número de mulheres dirigentes de instituições de mídia, expressa em percentagem de todos os directores de instituições de mídia.
- **Mulheres como % de direção:** O número de directoras nas instituições de mídia, expressa em percentagem de todos os directores nas instituições de mídia.
- **% Feminina de pessoal nas instituições de ensino de mídia:** O número de pessoal feminino nas instituições de ensino de mídia expressa como uma percentagem de todo o pessoal nas instituições de ensino de mídia.
- **% Feminina de alunos em instituições de ensino de mídia:** O número de estudantes do sexo feminino nas instituições de ensino media expressa como uma percentagem de todos os alunos em instituições de ensino de mídia.
- **% de mulheres como fontes de notícias:** O número de mulheres referenciadas como fontes nos mídias, expressa em percentagem de todas as pessoas referenciadas como fontes.

#### SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

- **Mulheres que usam contraceptivos:** percentagem de mulheres com idades entre 15 a 49 anos que usam uma forma moderna de contraceção.
- **Partos assistidos por pessoal qualificado:** A percentagem de nascimentos num determinado ano em que as mulheres são apoiadas por pessoal qualificado, tais como parteiras e enfermeiros.
- **Taxa de mortalidade materna:** O número de mulheres que morrem durante a gravidez ou no prazo de 42 dias após a interrupção da gravidez por cada 100.000 bebés nascidos vivos.

#### VIH e SIDA

- **Amplio conhecimento sobre HIV e AIDS:** A percentagem de mulheres com idade de 15 anos que responde correctamente a perguntas específicas sobre o VIH e SIDA.
- **Mulheres vivendo com VIH como proporção do total:** O número de mulheres que são HIV + expressa como uma percentagem de todas as pessoas que são HIV +.
- **Mulheres grávidas seropositivas que recebem PMTCT:** O número de mulheres grávidas seropositivas que recebem tratamento para a prevenção da transmissão de mãe para filho, expressa em percentagem de todas as mulheres grávidas seropositivas.

#### GOVERNAÇÃO

- **Parlamento:** a percentagem de parlamentares que são mulheres. A medida inclui ambas as câmaras (alta e baixa) do Parlamento para países que têm mais de uma câmara.
- **Governo Local:** A percentagem de conselheiras/representantes do governo local que são mulheres.
- **Executivo:** a percentagem de membros do Executivo que são mulheres. A medida inclui vice-ministros e ministros de Estado onde elas são membros do Executivo. Igualmente inclui o presidente se ela for membro do Executivo.

**Tabela IV: Scores do SGDI por país e classe 2011 - 2016**

País	2016	Categoria	2011	Categoria	Varição Categoria (2011-2016)	Varição score (2011-2016)	Varição Meta 2015
Média	69		64			5	31
Seychelles	80	1	79	1	0	1	20
Namíbia	80	1	73	3	2	7	20
África do Sul	79	3	79	1	-2	0	21
Lesotho	76	4	73	3	-1	3	24
Maurícias	76	4	71	5	1	5	24
Swazilândia	71	6	70	7	1	4	29
Botswana	70	7	65	6	-1	1	30
Zimbabwe	70	7	67	9	2	9	30
Tanzânia	67	9	61	8	-1	1	33
Zâmbia	67	9	57	10	1	9	33
Moçambique	62	11	58	12	1	5	38
Malawi	62	11	56	13	2	6	38
Madagáscar	61	13	58	10	-3	3	39
Angola	58	14	56	13	-1	2	42
RDC	50	15	45	15	0	5	50

Fonte: Gender Links 2016. Nota: Números a vermelho indicam retrocesso desde 2011; Números a preto indicam estabilidade (sem mudança); Números a verde indicam progresso desde 2011.

A Tabela IV compara os scores do SGDI de 2011 a 2016 por país e categoria. A 80%, Seychelles registou o índice mais alto, com um aumento de um ponto percentual em relação a 2011. Seychelles permaneceu na primeira posição durante todo o período de monitoramento. A Namíbia subiu duas posições, para a primeira posição e ganhou sete pontos percentuais de 73% em 2011 para 80% em 2016. Todos os países, excepto a África do Sul receberam uma classificação que está acima do score de 2011. Apenas um país (África do Sul) manteve-se estagnado.

A RDC, apesar de ter ficado em último lugar na região, teve uma subida de cinco pontos percentuais de 45% para 50%. Com uma melhoria de nove pontos percentuais, a Zâmbia e Zimbabwe registaram o maior aumento neste período - resultado das medidas progressivas do género tomadas durante este período. A Namíbia (sete pontos percentuais) e Malawi (seis pontos percentuais) também registaram uma melhoria significativa ao longo deste

período. Todos os países têm um longo caminho a percorrer para alcançar a meta de 100 por cento. Isso varia de 20% na Namíbia e Seychelles para 52% na RDC.



SADC Gender Protocol Summit DRC winners look on, Kinshasa, June 2015.

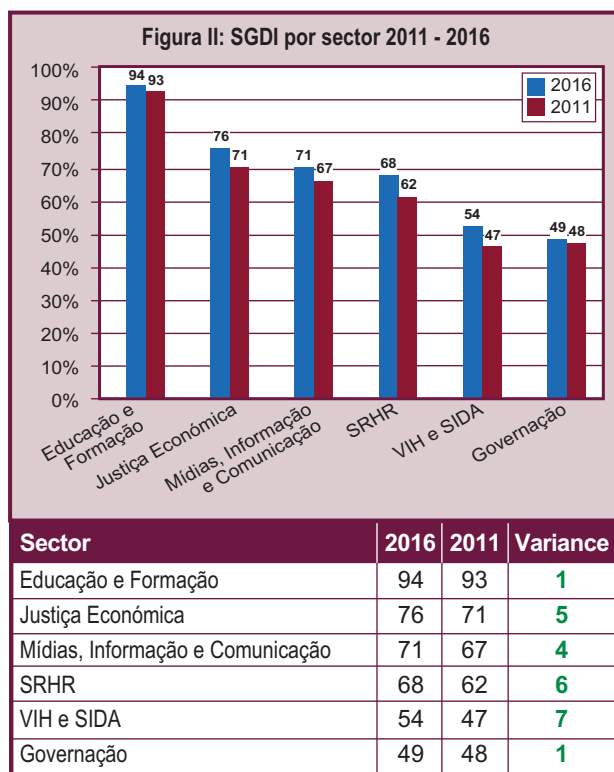
Photo: Gender Links

**Tabela V: SDGI por País e Desempenho do Sector 2011-2015**

Países		2015	Sector	Progresso 2016	Sector	Variação (Progresso)	Progresso versus Meta
	Regional	68		69		1	31
	Sector mais alto	94	Educação	94	Educação	0	6
	Sector mais baixo	49	Governança	49	Governança	0	51
1	Seicheles	82		80		-2	20
	Sector mais alto	100	Educação	100	Educação	0	0
	Sector mais baixo	70	Saúde	70	Saúde	0	30
1	Namíbia	79		80		1	20
	Sector mais alto	99	Educação	99	Educação	0	1
	Sector mais baixo	65	VIH	65	VIH	0	35
3	África do Sul	79		79		0	21
	Sector mais alto	100	Educação	100	Educação	0	0
	Sector mais baixo	70	Saúde	51	Saúde	-19	49
4	Lesotho	75		76		1	24
	Sector mais alto	99	Educação	99	Educação	0	1
	Sector mais baixo	54	VIH	54	VIH	0	46
4	Maurícias	75		76		1	24
	Sector mais alto	99	Educação	99	Educação	0	1
	Sector mais baixo	40	Governança	37	Governança	-3	63
6	Swazilândia	67		71		4	29
	Sector mais alto	99	Educação	99	Educação	0	1
	Sector mais baixo	42	Governança	35	Governança	-7	65
7	Botswana	69		70		1	30
	Sector mais alto	100	Educação	97	Educação	-3	3
	Sector mais baixo	28	Governança	27	Governança	-1	73
7	Zimbabwe	66		70		4	30
	Sector mais alto	95	Educação	95	Educação	0	5
	Sector mais baixo	41	Governança	59	VIH	18	41
9	Tanzânia	69		67		-2	33
	Sector mais alto	91	Educação	91	Educação	0	9
	Sector mais baixo	50	VIH	50	VIH	0	50
9	Zâmbia	62		67		5	33
	Sector mais alto	96	Educação	96	Educação	0	4
	Sector mais baixo	23	Governança	33	Governança	10	67
11	Malawi	61		62		1	38
	Sector mais alto	93	Educação	93	Educação	0	7
	Sector mais baixo	31	Governança	25	Governança	-6	75
11	Moçambique	65		62		-3	38
	Sector mais alto	86	Educação	86	Educação	0	14
	Sector mais baixo	48	VIH	47	VIH	-1	53
13	Madagáscar	60		61		1	39
	Sector mais alto	100	Educação	100	Educação	0	0
	Sector mais baixo	27	VIH	27	VIH	0	73
14	Angola	58		58		0	42
	Sector mais alto	87	Educação	87	Educação	0	13
	Sector mais baixo	27	VIH	27	VIH	0	73
15	RDC	48		50		2	50
	Sector mais alto	76	Educação	76	Educação	0	24
	Sector mais baixo	19	Governança	15	Governança	-4	85

Fonte: Gender Links 2016. Nota: Números a vermelho indicam retrocesso desde 2011; Números a preto indicam estabilidade (sem mudança); Números a verde indicam progresso desde 2011.

A Tabela V fornece a pontuação mais alta e mais baixa do SGDI para cada país por sector. A tabela mostra que, para todos os países, a educação é o sector com maior pontuação. As pontuações mais baixas são todos para o VIH e SIDA, Saúde e Governação. Isso dá uma indicação de áreas prioritárias para a Agenda pós-2015.



Fonte: Gender Links 2016. Números a verde indicam progresso desde 2011.

A Figura II mostra que os scores do SGDI em todos os sectores têm subido desde 2011. A educação e a formação registam a subida mais alta, seguido pela economia, mídia, saúde sexual e reprodutiva, VIH e SIDA. A Governação permaneceu em sexto lugar devido ao lento progresso e a diminuição de mulheres no parlamento em países que tiveram eleições entre 2011 e agosto de 2016.

O SGDI em todos os seis sectores subiu os seus scores da linha de base de 2011. O maior progresso ao longo dos últimos cinco anos tem sido no sector do VIH e SIDA que ganhou sete pontos percentuais, de 47% em 2011 para 54% em 2016. Isso reflecte os enormes progressos que foram alcançados na redução das novas infecções por VIH e SIDA, incluindo a prevenção da Transmissão de Mãe para Filho.

A Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos melhoraram em seis pontos percentuais, graças a melhorias na mortalidade materna, e uso de contraceptivos. A justiça económica melhorou em cinco pontos percentuais, porque as mulheres tornaram-se mais engajadas nos negócios e no local de trabalho. A educação e formação, já com scores elevados, teve uma subida de um ponto percentual.

A Governação também teve uma mudança modesta de um ponto percentual. As principais realizações durante os últimos quatro anos incluem a adopção de quotas legisladas para mulheres no parlamento e governo local nas Maurícias, Namíbia e Zimbábwe usando o protocolo como uma ferramenta de lobby. Ganhos e Recuos nas eleições resultou em ganhos líquidos limitados.

**Tabela VI: Citizen Scores por país e categoria 2011 - 2016**

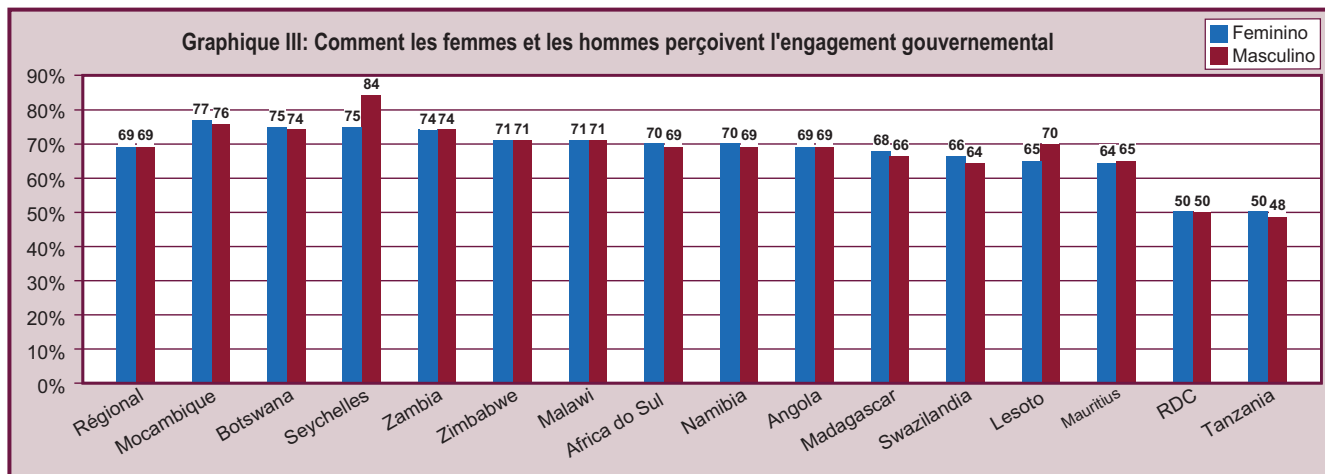
Países	2016	Categoria	2011	Categoria	Varição categoria	Varição score	Varição Meta
Média	69		67			2	31
Seychelles	83	1	61	5	4		17
Moçambique	77	2	54	8	6	23	23
Botswana	75	3	54	9	6	21	25
Zâmbia	74	4	41	14	10	33	26
Malawi	71	5	61	4	-1	10	29
Zimbábwe	71	6	47	11	5	24	29
Africa do Sul	70	7	74	2	-5	-4	30
Namíbia	69	8	74	1	-7	-5	31
Angola	69	9					31
Lesotho	67	10	59	6	-4	8	33
Madagáscar	67	11	44	13	2	23	33
Swazilândia	66	12	46	12	0	20	34
Maurícias	64	13	70	3	-10	-6	36
RDC	50	14	50	10	-4	0	50
Tanzânia	49	15	56	7	-8	-7	51

Fonte: Gender Links, 2016. Nota: Números a vermelho indicam retrocesso desde 2011; Números a preto indicam estabilidade (sem mudança); Números a verde indicam progresso desde 2011.



A Tabela VI mostra que, em geral, tem havido uma tendência positiva na percepção do cidadão, segundo indicado pelo CSC. As Seychelles registaram o score mais elevado (83%). Os cidadãos de oito países da SADC atribuíram um score mais elevado para os seus países do que em 2015. A Zâmbia teve o maior progresso de 41% em 2011 para 74% em 2016; uma melhoria de 33

por cento. As Maurícias teve a maior descida, da terceira posição (70%) em 2011 para a 13ª posição (64%) durante o período em análise. Juntando-se as Maurícias, na tendência de queda está o Malawi, África do Sul, Namíbia, Lesoto, Maurícias, República Democrática do Congo e Tanzânia.



Fonte: Gender Links, 2016.

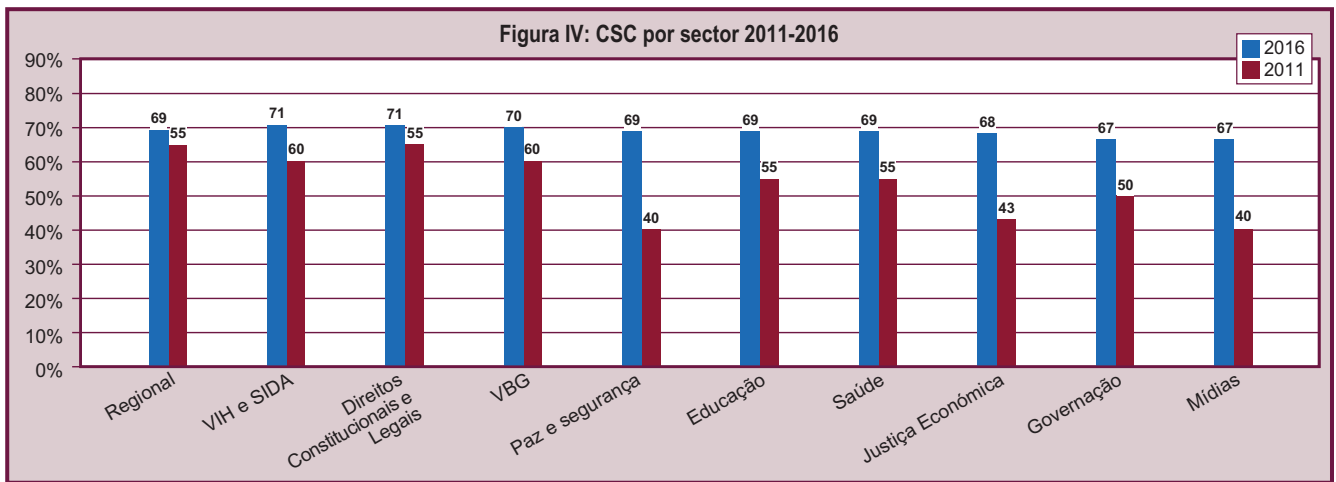
A Figura III mostra que as mulheres e os homens no geral dão o mesmo score aos seus governos. As Mulheres deram scores mais altos aos seus governos do que os homens em Moçambique, Botswana, Zâmbia, África do Sul, Namíbia, Madagáscar, Suazilândia e Tanzânia. O oposto acontece nas Seychelles, Lesoto e Maurícias. No Zimbabwe, Malawi, Angola e RDC homens e mulheres

deram a mesma pontuação. As Seychelles e Lesoto registraram as maiores disparidades de género (nove e cinco pontos percentuais). Esta diferença nas percepções aponta para o conservadorismo social subjacente, com homens aparentemente percebendo um ambiente muito mais favorável do que as mulheres.



Post 2015 Protocol consultation workshop participants in Mozambique, June 2016.

Photo: Gender Links



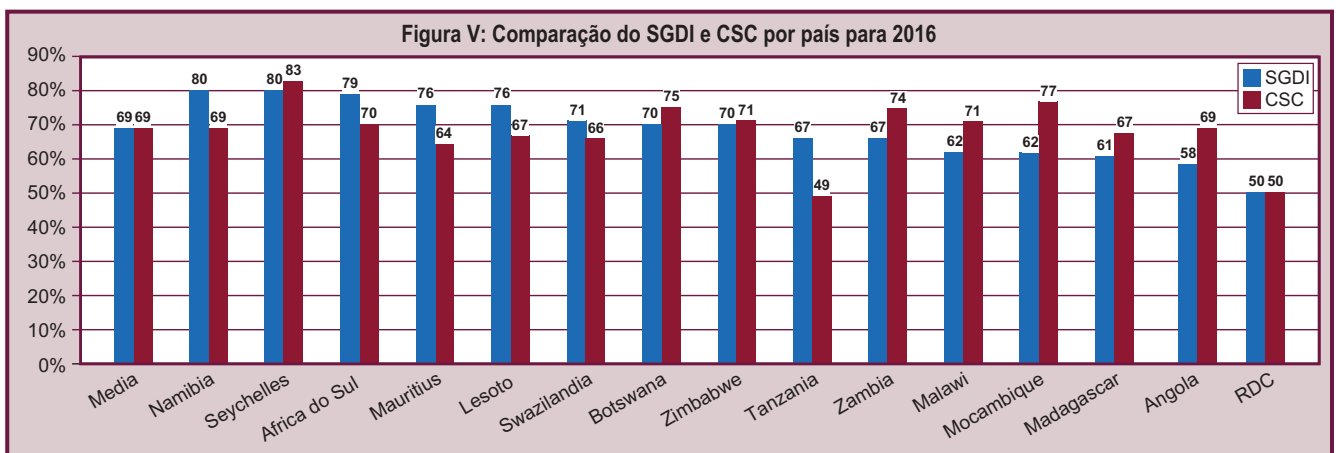
Secteur	2016	2011	Variation
Regional	69	55	14
VIH e SIDA	71	60	11
Direitos Constitucionais e Legais	71	55	16
VBG	70	60	10
Paz e segurança	69	40	29
Educação	69	55	14
Saúde	69	55	14
Justiça Económica	68	43	25
Governação	67	50	17
Mídias	67	40	27

Fonte: Gender Links, 2016. Números a verde mostram o progresso desde 2011.

A Figura IV mostra que aos 71%, os sectores de VIH e SIDA e o sector dos direitos constitucionais e legais tem a maior pontuação. Isto reflecte as percepções positivas geradas pelas campanhas de prevenção, tratamento e cuidados durante o período, o que resultou num declínio

nas novas taxas de infecção, bem como nas emendas constitucionais em toda a região. A Governação (67%) e meios de comunicação (67%) tiveram o menor score, reflectindo o desempenho medíocre na representação das mulheres e falta de voz nos meios de comunicação.

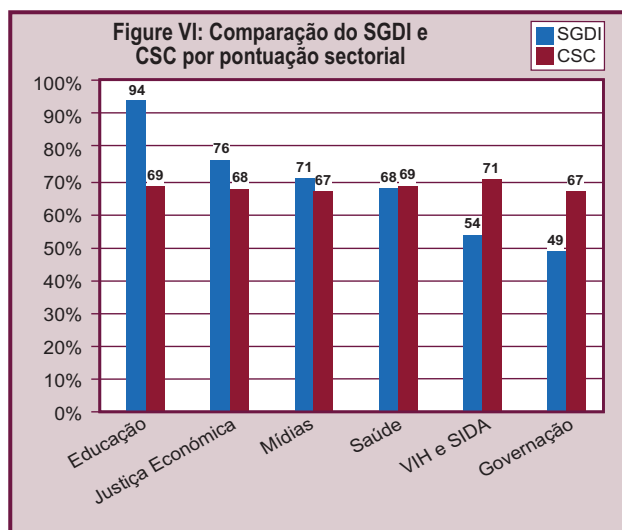
Apesar dos scores de todos os sectores terem melhorado, a construção da paz registou o maior aumento (29 pontos percentuais). Isso reflete o regresso à paz na maior parte dos países da SADC, excepto para bolsas de conflito, nomeadamente na República Democrática do Congo e no Lesoto. Com um aumento de 27 percentual, os mídias estão em segundo lugar. Isso pode reflectir o trabalho árduo no sector dos media com as 109 instituições dos Centros de Excelência para o Género no programa dos Mídias. VBG (10 pontos percentuais) registou a menor melhoria. A VBG continua a ser uma das maiores áreas de preocupação e com indicadores mais reveladores da desigualdade de género na região da SADC.



Fonte: Gender Links, 2016.

Conforme destacado nos Barómetros anteriores, o SGDI e CSC não são directamente comparáveis uma vez que o CSC está baseado na percepção e abrange todas as 28 metas do Protocolo do Género da SADC em dez sectores em comparação com dados empíricos para 23 indicadores em seis sectores, no caso do SGDI. No entanto, é importante comparar a medida em que a percepção do cidadão correlaciona-se com o SGDI que é baseado em números reais.

A Figura V mostra que pode realmente haver grandes disparidades entre percepção e realidade. A maior diferença é na Tanzânia, que registou 67% para SGDI, mas é o menor para o CSC (49%). A lição aqui é medir as duas pontuações em conjunto para formar uma opinião sobre o progresso, mas para ser claro sobre os pontos fortes e limitações de cada critério.



Fonte: Gender Links, 2016.

A Figura VI compara o SGDI (score empíricos) e CSC (percepção) nos seis sectores onde ambos têm ambos os scores. Embora os scores sejam construídos de maneiras diferentes, as tendências são interessantes, uma vez que reflectem o grau em que as percepções e a realidade convergem ou divergem. O gráfico é classificado em ordem decrescente de acordo com o score de SGDI. O gráfico mostra que:

- A maior diferença entre os dois scores está no sector da educação. O SGDI classifica a educação em alta (94%) em comparação com o score de CSC de 69%. Este é um lembrete da necessidade de considerar tanto os dados quantitativos e qualitativos na avaliação do

progresso. Os países da SADC fizeram bem em conseguir o equilíbrio de género, especialmente a nível do ensino primário e secundário. No entanto, ainda existem fortes preconceitos de género no ensino, nas disciplinas escolares, currículo e das escolhas profissionais. A violência de género é abundante nas escolas.

- O SGDI classifica os recursos produtivos em segundo lugar, enquanto que o CSC classifica a educação em segundo. O SGDI capta uma faixa relativamente estreita de indicadores económicos. Estes não incluem o acesso à terra, finanças e recursos produtivos. A divergência entre o SGDI e CSC não é, portanto, surpreendente.
- Com 71% o score de CSC é consideravelmente maior do que o score de SGDI com relação ao VIH e SIDA com 54%. As percepções positivas dos cidadãos em relação ao VIH e SIDA podem ser atribuídas ao tremendo aumento no acesso aos antirretrovirais, ao PMTCT e as políticas dos cuidados no local trabalho. Estas irão levar mais tempo para se reflectirem na mudança do score de SGDI.
- A Governação está classificado em último lugar em ambos o CSC e SGDI. O score empírico de SGDI de cerca de 50% reflete a realidade de que a representação média de mulheres na tomada de decisão política - uma média de 23% a 27% para o parlamento, o governo local e armário - está a metade do caminho onde deveria estar. O score de CSC (67%) reflete o desejo dos cidadãos para os seus governos redobrem os seus esforços nesta área.
- O CSC coloca a média em último lugar enquanto que o SGDI coloca a média em terceiro lugar. No entanto, ambos atribuem um score de 67%. O score SDGI para as mídias inclui a representação das mulheres na formação em mídia, dentro dos mídia, na direção dos mídia, e nos conteúdos dos mídia. As duas primeiras categorias tendem a distorcer a pontuação, porque as mulheres são agora relativamente numerosas nestas duas categorias. No entanto, estão dolorosamente ausente na tomada de decisões e como fontes nas notícias. Porque o SGDI é quantitativo, não mede a representação das mulheres nos meios de comunicação.
- Com 68% e 69%, os scores SGDI e CSC para Direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva são muito semelhantes. Esta é uma área em que a SADC fez progressos ao nível das necessidades básicas (como a redução da mortalidade materna), mas ainda enfrenta questões mais controversas, como o aborto. A adopção por Moçambique da legislação sobre a terminação da gravidez no período em análise (o terceiro país, depois da África do Sul e Zâmbia) mostra que estas são áreas de discurso de género que estão a avançar gradualmente.

## DATAS/MARCOS HISTÓRICOS DO PROTOCOLO DE GÊNERO DA SADC

- **2005:** A auditoria de conquistas em comparação com a Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento conduziu a elaboração de um documento - "Fundamentação para a elevação da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento para um Protocolo" - o documento juridicamente mais vinculativo de todos os instrumentos da SADC. As organizações da sociedade civil para a Aliança do Protocolo de Género da SADC.
- **2005-2008:** Os membros da Aliança fazem parte de um Grupo de Trabalho constituído pela Unidade de Género da SADC para preparar a elaboração de notas para uma equipe de juristas, comentar e elaborar sete projectos do protocolo antes da sua apresentação final aos Chefes de Estado.
- **Agosto 2008:** 13 dos 15 Chefes de Estado assinaram o Protocolo do Género da SADC, um instrumento sub-regional único que reúne e reforça os compromissos existentes para a igualdade de género através de 28 metas, calendarizados e alinhados com o prazo de 2015 para o ODM 3. Os membros da Aliança lançaram uma campanha para fazer com que as Maurícias e Botswana assinassem.
- **Agosto 2009:** A Aliança lança o Barómetro da linha de base do Protocolo de Género da SADC - uma ferramenta-chave de acompanhamento e avaliação do progresso dos 15 países comparado com as 28 metas do Protocolo - <http://www.genderlinks.org.za/page/sadc-research>.
- **Agosto 2009:** A Aliança lançou o "Roteiro para a Igualdade" - estratégias e lições aprendidas na campanha; principais disposições do Protocolo em 23 línguas; spots de rádio; um DVD; questionário de conhecimento e atitude; Reuniões ao nível de aldeia para popularizar o Protocolo que desde então chegou a 15.000 cidadãos directamente e milhares mais indirectamente.
- **2009/2010:** A Aliança elaborou um citizen score card que é usado para avaliar as percepções dos cidadãos sobre o progresso do governo e é administrado em reuniões da aldeia.
- **Agosto 2010:** Reunião anual da Aliança e do Barómetro de progresso. A Aliança fica melhor organizada em grupos nacionais e temáticos, cada um responsável por uma questão-chave, por exemplo, VBG, justiça económica.
- **Agosto 2011:** O Protocolo de Género SADC entra em vigor com a África do Sul tornando-se o nono país a ratificar o Protocolo atingindo assim os dois terços necessários. Com os dados de 15 países em 23 indicadores, o Barómetro de 2011 introduz o SGDI - ver <http://www.genderlinks.org.za/page/sadc-sgdi>. A Aliança forma um grupo de reflexão para orientar o trabalho da Aliança entre as reuniões anuais.
- **2011/2012:** redes nacionais da aliança identificam defensores para os 28 objectivos do Protocolo, começa a recolher estudos de caso do Protocol@work - ver <http://www.genderlinks.org.za/page/protocol-work>.
- **Setembro 2011:** A Aliança colabora com a Unidade de Género da SADC sobre uma ferramenta e processo para alinhar os planos de acção nacionais de género com os objectivos do Protocolo de Género da SADC, e custear a sua implementação. A Namíbia liderou este processo - ver <http://www.genderlinks.org.za/page/implementation>.
- **Novembro 2011:** intenso lobby para uma Adenda ao Protocolo sobre o Género e Mudança do Clima ligada à COP 17.
- **Fevereiro 2013:** Reunião dos Ministros do género em Maputo antes da 57 reunião da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW) compromete-se a fazer avançar a Adenda. A Aliança lança uma declaração progressiva sobre as ocupações com a justiça de género na região. Faz-se presente em peso na CSW e produz um boletim diário; gera debate sobre a agenda pós-2015.
- **Março-Abril 2013:** Doze cimeiras nacionais e uma Cimeira regional conduz a 672 estudos de caso recolhidos no SADC Protocol@Work junto de ONGs, OSC, Organizações religiosas e.
- **Até Junho 2013:** Lesoto, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe aprendem com as Seychelles, Namíbia, Zâmbia e Suazilândia sobre como alinhar as suas políticas e planos de acção com o Protocolo da SADC e financiamento da sua implementação.

- **Agosto 2013:** reunião anual da Aliança antes da Cimeira dos chefes de Estado da SADC no Malawi com um foco principal na implementação, a campanha 50/50, género e mudanças climáticas e Construção de coligações. Mesa redonda com o novo chefe da UNWOMEN, Phumzile Mlambo-Ngcuka. Visita de estudo a *Gauteng Women Demand Action Now Alliance*. A reunião contribui com ideias para o fortalecimento das redes nacionais, provinciais e distritais.
- **Agosto 2013:** construção de coligações e redes a nível regional, através da cimeira dos Chefes de Estado da SADC realizada no Malawi em Agosto de 2013. O barómetro regional foi lançado oficialmente, em seguida.
- Fortalecimento da rede da Aliança através da reunião de estratégias realizada em Agosto de 2013 e uma equipe de trabalho realizada durante a cimeira dos chefes de Estado da SADC.
- **Agosto 2013:** A produção da quinta edição do Barómetro Regional do Protocolo de Género da SADC, rastreando o progresso comparado com os 28 objectivos. O barómetro de 2013 tinha uma análise aprofundada da implementação do protocolo de Género da SADC pelos governos e pela sociedade civil.
- **Dezembro 2013:** 12 relatórios nacionais do barómetro; 9 lançamentos. Workshops ao nível da aldeia sobre o Protocolo do Género da SADC em 10 países através das redes nacionais, resultando em 72 reuniões.
- **Até Outubro 2013:** Reforço das redes focais dos países através do mapeamento dos grupos temáticos do país o que resultou em 11 reuniões a nível nacional e 82 inscritos como defensores.
- **Maio 2014:** A Cimeira do Género da SADC Protocol@Work precedida por 12 cimeiras nacionais com categoria especial de Organizações Baseadas na Fe (FBOS).
- **Março 2014:** A Aliança participa na 58ª Comissão sobre o Estatuto da Mulher.
- **Julho 2014:** reunião dos Ministros do Género no Malawi antes da 35 Cimeira dos Chefes de Estado em Harare, em agosto, seguido pelo Fórum da Sociedade Civil da SADC CNGO em Harare. A Aliança defende uma agenda de género forte pós-2015.
- **Agosto 2014:** 35ª Cimeira dos Chefes de Estado da SADC em Victoria Falls; A Aliança faz lobby para revisão do Protocolo do Género da SADC.
- **Março 2015:** A Aliança participa no CSW 59 com enfoque nas metas e indicadores para os ODM e do Protocolo Pós-2015 do Género da SADC.
- **Março:** A contribuição da Aliança nas consultas globais dos ODS é reconhecida.
- **Maio 2015:** O Secretário Executivo da SADC solicita a Aliança juntamente com a ONU Mulheres para trabalhar com o Secretariado da SADC como parceiros técnicos no processo de revisão.
- **Maio - Junho 2015:** A Aliança organiza 13 cimeiras nacionais: SADC Protocol @ work summits.
- **Agosto 2015:** A Aliança lançou a sexta edição do Barómetro do Protocolo de Género da SADC no Botswana, na véspera da 36ª Cimeira dos chefes de Estado da SADC em Gaborone. Protocol@Work summit.
- **Outubro 2015:** A Aliança participa activamente no primeiro processo de revisão do Protocolo, juntamente com a ONU Mulheres, governos e o secretariado da SADC.
- **Março 2016:** A Aliança organiza dois eventos sobre identificar os ODM através do Protocolo de Género da SADC na 60ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher.
- **Junho 2016:** A Aliança participa da reunião dos Ministros do Género da SADC que adoptou o Protocolo revisto.
- **Junho/Julho 2016:** A Aliança realiza consultas a nível dos países sobre o Protocolo pós-2015 envolvendo 1224 pessoas.
- **Agosto 2016:** A Aliança vai lançar a oitava edição do Barómetro do Protocolo do Género da SADC na Suazilândia antes da Cimeira dos Chefes de Estado da SADC.





## Sumário do Progresso e Desafios desde 2009 a 2016

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<b>Implementação</b>	
As Maurícias indicou durante a reunião de ministros do género em junho que não seria capaz de assinar devido a divergências sobre a idade do casamento. O Botswana, o actual presidente da SADC, conduziu o processo em torno da avaliação e aparentemente tinha todas as suas preocupações com o protocolo original. No entanto, o Botswana ainda não assinou o protocolo.	Os Ministros da SADC responsáveis pelo género adoptaram o Protocolo revisto do Género da SADC alinhado aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2063 da União Africana e a Agenda Beijing mais 20 revista em Junho de 2016.
Todos os prazos foram retirados do próprio protocolo, e adoptados pelo RMA.	Um Relatório da monitoria e avaliação (RMA) para o Protocolo irá fornecer um mecanismo abrangente de implementação do Protocolo pós-2015. Como o protocolo está alinhado com o ODS, o prazo final deve ser tido como sendo 2030, com prazos anteriores sempre que se justifique
<b>Direitos Constitucionais e Legais</b>	
Cinco países da SADC ainda têm artigos "claw back" nas suas Constituições que constroem as disposições da igualdade de género. A maioria destes se relacionam com as leis que regem o casamento, gravidez, morte e herança.	O Protocolo de Género Pós-2015 da SADC reforça as abordagens baseadas nos direitos para alcançar a igualdade de género, especialmente os casamentos permaturos.
As Maurícias declararam que não seria capaz de assinar o protocolo devido a isso, visto que as suas leis permitem o casamento com o consentimento dos pais dos 16 aos 18 anos.	O Protocolo revisto elimina a condição anterior de que a idade de 18 anos para o casamento está sujeita às leis nacionais. As Maurícias declararam que não seriam capazes de assinar o protocolo devido a esse facto, visto que as suas leis permitem o casamento com o consentimento dos pais dos 16 aos 18 anos. A SADC adoptou uma lei modelo sobre o fim de casamentos infantis. Numa decisão histórica, o Tribunal Constitucional do Zimbabwe proibiu os casamentos infantis.
Apenas três países da região: África do Sul, República Democrática do Congo e Moçambique, descriminalizaram a homossexualidade. O Botswana registou legalmente a primeira organização LGBTI, mas a homossexualidade é ilegal.	Oito revisões constitucionais foram realizadas na região desde a adopção do Protocolo de Género da SADC. Malawi, Zâmbia e Tanzânia estão em processo de realização de revisões constitucionais, enquanto a sociedade civil de Angola está a monitorar de perto a Constituição para a aplicação efectiva da legislação sobre a violência baseada no género
<b>Governança</b>	
O Protocolo revisto abandonou a referência de que a Aliança fez lobby para a necessidade de rever os sistemas eleitorais que desempenham um papel crucial no nível de representação política das mulheres.	O Protocolo revisto de Género da SADC aponta para uma mudança de paradigma de mera representação numérica de mulheres em cargos de tomada de decisão para uma liderança eficaz e transformadora
O SGDI para a Governança permanece inalterado em 49%, apesar de eleições no Lesoto, Namíbia e Tanzânia e uma série de remodelações governamentais na região durante o período em análise.	Com 27% de mulheres no parlamento, a região da SADC está a par com a América do Norte, e perdendo apenas para os países nórdicos, nos níveis globais de representação política das mulheres.
Projeções neste capítulo mostram retrocesso para mulheres nos governos locais antes das eleições locais no Lesoto, África do Sul e Zâmbia, no final de 2016 e início de 2017.	O capítulo de Governança, neste ano, alargou o seu âmbito de mera representação política e fez uma análise da representação feminina no serviço público, serviços de externos e no sistema judicial - dados disponibilizados pelos Estados membros da SADC.
<b>Educação e Formação</b>	
Enquanto um progresso considerável tem sido feito no sentido de garantir o ingresso universal no ensino primário e secundário, as disparidades de género ainda são gritantes no nível superior e profissional. As mulheres estão sub-representadas na ciência, tecnologia, engenharia e matemáticas.	Com a adopção dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015, a agenda da educação mudou de uma abordagem das necessidades básicas para um quadro de transformação. Isto visa melhorar o número de meninas matriculadas em todos os níveis de ensino, bem como aumentar a retenção, desempenho e desafiar os estereótipos de género na educação.
As taxas de abandono são maiores entre as meninas do que nos meninos, devido às altas taxas de gravidez na adolescência e políticas ambivalentes nesta frente.	A educação é uma área onde os países da SADC fizeram grandes avanços, especialmente no que diz respeito aos ingressos.
O ambiente de aprendizagem e a qualidade da educação deixa muito a desejar em muitas escolas públicas.	O Protocolo Pos-2015 do Género da SADC adoptado pelos ministros do género, em Junho de 2016 foi reforçado para incluir normas que refletem a inclusão, a igualdade e a qualidade da aprendizagem ao longo da vida.
<b>Recursos Produtivos</b>	
Dados desagregados por sexo continuam sendo um desafio para avaliar as posições das mulheres no sector privado.	A SADC está a finalizar o Programa regional Multidimensional de Empoderamento das Mulheres, que incluirá uma estratégia de mobilização de recursos para a implementação do programa.
A igualdade de direitos das mulheres aos recursos económicos ainda e, em grande parte, prejudicado por sistemas jurídicos paralelos onde a lei normalmente nega a herança pelas mulheres	Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável priorizam o empoderamento das mulheres e das meninas através de objectivos para promover o trabalho decente e remover as barreiras jurídicas e económicas para o empoderamento.
Não há equidade nas remunerações das mulheres em comparação com os seus homólogos masculinos. A Tanzânia tem o salário mais justo para as mulheres em 93%, enquanto as Maurícias tem o menos justo com 42%.	Os bancos de mulheres na Suazilândia, África do Sul e um banco em perspectiva no Zimbabwe são uma forma de mitigar os desafios de suporte com capital e competências para o empreendedorismo feminino e start-ups.
As políticas económicas ignoram o género. No entanto, alguns países aprovaram políticas para incentivar as pequenas e médias empresas pertencentes a mulheres.	
<b>Violência Baseada no género</b>	
Estudos mostram que a VBG esta incorporada na cultura e perpetuada por normas tradicionais de género.	Onze dos quinze países puseram em prática uma legislação sobre a violência doméstica e sexual; quatro países (Tanzânia, Suazilândia, República Democrática do Congo e Lesoto) ficam aquém da meta.
Os esforços de prevenção da VBG devem se concentrar em aumentar a igualdade de género e transformação das normas de género.	A nova meta para eliminar a VBG ate 2030 exige esforços redobrados por parte dos governos, da sociedade civil e do sector privado.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<p>Há necessidade urgente de identificar indicadores significativos sobre VBG ligados com estudos representativos sobre os agregados familiares.</p>	<p>Visto que os países estão a trabalhar no sentido de realizar pesquisas sobre indicadores de VBG, com até 42 indicadores, eles também podem ser encorajados a incluir o Módulo de violência doméstica em inquéritos demográficos de saúde porque este inclui 14 indicadores relevantes.</p>
<p><b>Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva</b></p>	
<p>Os países da SADC precisam aumentar o foco de seus programas de SDRS nos adolescentes.</p>	<p>O Protocolo revisto de Género da SADC foi reforçado para reconhecer a saúde sexual e reprodutiva das mulheres como um direito humano.</p>
<p>A taxa de mortalidade materna ainda varia de 53 por 100.000 (Maurícias) para 693 por 100.000 (RDC). Muitos países precisam expandir urgentemente o acesso a quatro consultas pré-natais e partos que são assistidos por um profissional de saúde capacitado, e abordar a disparidade no acesso nas áreas rurais, por mulheres pobres e outras mulheres marginalizadas, como as mulheres com deficiência, trabalhadores do sexo e refugiados e mulheres na prisão.</p>	<p>O VIH tem contribuído para a elevada mortalidade materna em toda a região.</p>
<p>Há divergências consideráveis no acesso à saúde entre os diferentes países.</p>	
<p><b>VIH e SIDA</b></p>	
<p>O Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe ainda têm taxas de prevalência em adultos acima de 10%. O Lesoto, Suazilândia e Botswana ainda têm taxas de prevalência em adultos acima de 20%. Baixa mortalidade e mais pessoas vivendo mais tempo com o VIH estão a contribuir para este facto.</p>	<p>A UNAIDS lidera o mundo na campanha para acabar com o SIDA até 2030. Isso exigirá um enfoque em populações específicas especialmente as meninas adolescentes e mulheres jovens; profissionais do sexo, homens que fazem sexo com homens, usuários de drogas injetáveis, os presos, os emigrantes e as mulheres que fazem sexo com mulheres.</p>
<p>As disparidades de género continuam a ser um dos principais responsáveis pela pandemia. As mulheres representam 59% das pessoas que vivem com o VIH na região subsaariana. As mulheres carregam o maior fardo dos cuidados.</p>	<p>A UNAIDS tem um plano ambicioso para o rastreamento rápido para acabar com o SIDA, que requer mais investimento nacional e estrangeiro para ter sucesso. Os Estados membros da SADC estão todos a começar a colocar mais ênfase nos adolescentes, bem como a investigar a situação das populações-chave.</p>
	<p>O acesso a ARVs para prevenir a transmissão do VIH de mãe para filho (PTV) continua a expandir-se rapidamente. 7 Países (Botswana, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul e Suazilândia) conseguiram uma cobertura de mais de 90% e outros 4 (Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) tem cobertura de entre 80 e 90%. Todos os países da SADC estão a usar a opção B+, que foi lançada pela Malawi.</p>
<p><b>Construção da Paz e Resolução de conflitos</b></p>	
<p>Somente um país da SADC, a RDC, adoptou um o Plano de Acção Nacional 1325 da UNSCR, conforme o Artigo 28 do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. A Namíbia, África do Sul e Madagáscar estão envolvidos em processos de elaboração de planos de acção sobre Paz e Segurança da Mulher.</p>	<p>O protocolo revisto de Género da SADC agora reconhece a participação igualitária das mulheres na construção da paz. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) está a prestar muito mais atenção a questões do género, paz e segurança e está em processo de desenvolvimento de uma estratégia regional para implementar a Resolução 1325 (UNSCR) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.</p>
<p>Os conflitos violentos e não violentos ocorreram na RDC, Lesotho, Moçambique, Madagáscar, África do Sul, Angola, Zimbabwe e Tanzânia.</p>	<p>A Comissão de Inquérito da SADC sobre o Lesotho exigiu que o país empreenda reformas no sector de segurança (SSR). Isso proporciona uma boa oportunidade para o país integrar o género no sector da segurança.</p>
	<p>Tem havido uma melhoria no fornecimento de dados desagregados por sexo sobre os serviços de segurança desde que o Barómetro começou a acompanhar esse parâmetro em 2010. Somos agora capazes de rastrear os dados desagregados por sexo para 12 países em matéria de defesa e 13 países sobre a polícia. A SADC deve preencher sua base de dados sobre as mulheres no sector da segurança, de modo a que haja estatísticas mais actualizadas sobre este sector.</p>
<p><b>Mídias e Comunicação</b></p>	
<p>Há um aumento insignificante de um ponto percentual nas fontes de mulheres nos meios de comunicação de 19% no GMPS de 2010 para 20% no GMPS de 2015.</p>	<p>A Aliança Global de Mídias e Género (GAMAG) está a contribuir para o reforço do movimento global de género e Mídias, bem como proporcionar um follow up coordenado dos objectivos estratégicos da secção J da Declaração de Beijing e Plataforma de Acção (BDPFA).</p>
<p>O GMPS mostra que nas redações da África Austral, apesar das mulheres constituírem cerca de 40% de todos os trabalhadores da Mídias, as mulheres estão ausentes nas posições de topo.</p>	<p>A proporção de mulheres na direcção dos meios de comunicação aumentou de 28% em 2010 para 34% em 2015.</p>
<p>A mídia dá pouca cobertura a questões sobre a orientação sexual e identidade de género. Houve um declínio geral na proporção de cobertura de VIH e SIDA e VBG, apesar destes constituírem uma grande preocupação na região.</p>	<p>O Estudo "Gender and Media Progress" (BPF) e o Projecto de Monitoramento Global dos Mídias (MMP) fornecem dados vitais actualizados sobre os progressos na integração de género nos meios de comunicação na SADC e globalmente.</p>
<p><b>Mudança Climática</b></p>	
<p>O Protocolo revisto omite compromissos para acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; fornecer acesso a tecnologias limpas de água e energia renovável para todas as famílias, em particular para as mulheres rurais, incluindo através do investimento e promoção do desenvolvimento de energias seguras e limpas alternativas (tais como energia hidroelétrica e solar), a fim de reduzir a dependência em fontes de energia não sustentáveis; bem como garantir que as mulheres e os homens participam de forma igual em todas as decisões relacionadas com as alterações climáticas e desenvolver dados desagregados por sexo sobre as alterações climáticas.</p>	<p>Depois de muitos anos de advocacia, a Aliança marcou pontos na área de igualdade de género com a inclusão de disposições autónomas sobre género e mudanças climáticas (Parte 10, artigo 31), no Protocolo da SADC pós-2015 sobre Género e Desenvolvimento, cruzado com o Protocolo sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. No entanto, o Protocolo revisto exclui menção específica ao género e segurança alimentar, gestão de desastres, energia, água, povos indígenas e financiamento.</p>
	<p>Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), com o qual o Protocolo revisto de Género da SADC esta alinhado, inclui sete Objectivos sobre diferentes aspectos da mudança climática. A Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCC) e os Acordos de Paris obrigam os governos, incluindo os governos da SADC a considerar a igualdade de género ao tomar medidas sobre as alterações climáticas. Doze países da SADC ratificaram o tratado da UNFCC.</p>